

**LISBOA E A FESTA**  
**Celebrações Religiosas e Cívicas**  
**na Cidade Medieval e Moderna**

Colóquio de História e de História da Arte

**ACTAS**

Coordenação  
Teresa Leonor M. Vale  
Maria João P. Ferreira  
Sílvia Ferreira

Lisboa, 2009

**DE LISBOA ao CAIA:  
em torno do programa político e artístico  
da “TROCA DAS PRINCESAS”**

Movidas pelo insólito aparato, a um tempo diplomático e cerimonial (com as inerentes consequências estéticas) que, em Janeiro de 1729, rodeou, na fronteira luso-espanhola do Caia, entre Elvas e Badajoz, a designada *troca das princesas* (das infantas Bárbara de Bragança e Mariana Vitória de Bourbon, filhas de D. João V de Portugal e de Filipe V de Espanha, destinadas a consorciarem-se com os herdeiros dos reinos vizinhos: o Príncipe das Astúrias, Fernando de Bourbon e o Príncipe do Brasil, D. José de Bragança), tanto a historiografia como a historiografia artística de ambos os países se vêm de há muito interessando pela matéria, acumulando, por conseguinte, vasta informação. Apesar disso, a atávica tendência dos investigadores de ambas as disciplinas (História e História da Arte) para o isolamento das respectivas investigações, bem como a emergência de novos elementos, parece justificar uma revisita deste *velho tema*, com vista a operar o cruzamento dos dados fornecidos pelas duas plataformas de observação e estudo, bem como a incorporar os novos elos, assim produzindo uma visão integrada de um processo que, em qualquer dos ângulos, reveste inquestionável interesse: sendo que a cada um deles se revela útil o conhecimento dos dados carreados pelo outro.

A proposta do duplo consórcio dos herdeiros dos tronos peninsulares seria feita aos monarcas portugueses por parte dos seus pares espanhóis (e o facto é relevante), em Março de 1725, no seguimento do dramático repúdio, por iniciativa do novo chefe do governo francês, o Duque de Bourbon, de Mariana Vitória (*Mariannina*), que em Versalhes residia desde 1722, destinada a consorciar-se com o jovem Luís XV<sup>(1)</sup>. Mariana partira então, com quatro anos incompletos, trocada na Ilha dos Faisões, no rio Bidasoa, em Janeiro, entre alardes de pompa, com Mademoiselle de Montpensier, Luísa Isabel de Orleães, filha do Regente e destinada a consorciar-se com seu irmão Luís<sup>(2)</sup>: o efémero Rei Luís I, quando, dois anos mais tarde, Filipe V abdicar, até ser forçado a regressar ao trono, pela sua morte, oito meses depois. Agora, Mariana contava sete anos, D. José, seu putativo noivo, onze e Fernando e Bárbara, respectivamente, doze e catorze.

O programa da dupla aliança na Casa de Bragança inscreve-se, pois, directamente no quadro genérico da consabida e complexa estratégia matrimonial permanentemente desenvolvida por sua mãe, Isabel Farnésio e, de modo particular, no da urgente desafronta da juvenil princesa: e, por tabela, da Monarquia castelhana. Casar rapidamente a repudiada infantinha num trono minimamente lustroso – e o português de D. João V era-o certamente – seria o motor central do duplo enlace: o de Fernando (o enteado) e Bárbara viria por tabela, deixando livres para os infantes, filhos da Rainha, outros mais lustrosos partidos europeus: como escreveria Alfonso Danvila, *“Tales fueron los célebres matrimonios portugueses que tanto dieron que hablar y tantas interrupciones y contrariedades sufrieron hasta celebrarse. Ninguna ventaja conseguimos con ellos, como no fuera el hacer ceñir una corona á la Infanta desairada por Luís XV. El príncipe Fernando fué sacrificado con ellos”*<sup>(3)</sup>.

Do ponto de vista português, porém, a proposta revestia igualmente oportunidade: não tanto no âmbito do apaziguamento das velhas questões que, desde o tratado de Utreque, minavam as relações dos dois países e haviam chegado a ditar preparativos bélicos (na essência, o pagamento, nunca efectuado, da indemnização a que Espanha fora condenada no seguimento da Guerra da Sucessão e a delimitação, sempre pendente, das fronteiras dos domínios ibéricos na América do Sul: o que implicava a devolução por Espanha da colónia do Sacramento), mas porque igualmente Portugal se considerava ofendido com a nação gaulesa, na sequência do episódio da exclusão portuguesa do congresso de Cambrai, em 1720, envenenada pelo esse outro protocolar (mas não inocente) que havia conduzido à retirada de Lisboa do abade Livry, ministro de Luís XV, justamente em Janeiro de 1725<sup>(4)</sup>. E a tudo isto acresceria, na verdade, a honra que resultava da perspectiva de ver sentar Bárbara num dos tronos de maior relevo entre as potências católicas de *primeira grandeza*.

A proposta seria, pois, acolhida com claro entusiasmo por parte do Rei de Portugal, não fora vir embrulhada em condicionantes que, logo de início, fariam inquinhar a respectiva negociação: basicamente, a constituição paralela de uma liga ofensiva e defensiva<sup>(5)</sup>, a estabelecer entre as duas Coroas, que arriscaria fazer arrastar a Monarquia portuguesa para o verdadeiro vespeiro em que, por então, se convertera boa parte da Europa e onde as ambições da Rainha de Espanha de obter coroas para os restantes filhos detinham substantiva parte. Desígnio que se confrontava com a inabalável neutralidade assumida por D. João V em matéria de política externa<sup>(6)</sup>.

Desse modo e ao mesmo tempo que, em Maio, *la petite Reine* (como era tratada na Corte de Versalhes), regressava a Espanha, seriam as negociações empreendidas entre as duas cortes, não através dos canais formais dos respectivos agentes diplomáticos, mas de ministros plenipotenciários nomeados *ad hoc*, cada um dos quais se empenhando em fazer vingar a estratégia individual do seu senhor: pela parte portuguesa José da Cunha Brochado, experimentado mas avançado em anos, a quem incumbia a espinhosa missão de alcançar o isolamento da proposta matrimonial em relação ao projecto da liga em que vinha envolta. Tarefa, porém, dificultada pela ambição de D. João V de, por seu turno, aproveitar o ensejo para ver resolvidas as velhas pendências arrastadas desde Utreque (a que acresciam ainda outras várias questões de menor monta).

Neste contexto, haverá que aguardar por 2 de Outubro para que, ao cabo de intrincadas negociações de ambas as partes, que pruridos cerimoniais ainda mais tolhiam, se procedesse, enfim, em Madrid, ao anúncio público da ratificação dos artigos preliminares dos dois contratos matrimoniais, secundada em Lisboa oito dias depois. Ocasões que dariam azo aos usuais festejos, mas onde o quadro estritamente oficial das celebrações na Corte castelhana contrastaria com o regozijo exibido em Portugal, seja no plano da adesão popular, seja no das festas organizadas pela Corte e pelo embaixador espanhol, Capecelatro, entre 10 e 13 desse mês<sup>(7)</sup>.

Em consequência do ajuste dos enlaces, procederiam os monarcas à nomeação dos respectivos embaixadores extraordinários, destinados a formalizar, em uma e outra corte, o pedido de casamento: o de Espanha, marquês de los Balbases, em Janeiro ainda; o português, marquês de Abrantes, a 2 de Fevereiro de 1726. Apesar disso, a partida para as mútuas missões seria suspensa até finais do ano seguinte de 1727<sup>(8)</sup> e, durante o longo período que medeia, a Corte portuguesa não esconde o nervosismo que o compasso de espera lhe provoca, pressionando quanto pode no sentido da formalização dos esponsais (não sem deixar, contudo, de dificultar, por sua vez, a gestão diplomática, ao empenhar-se em iludir todo e qualquer compromisso político-militar, insistindo, porém, na resolução das questões pendentes).

Por seu turno, em Madrid, a Corte de Filipe V passava então por um dos períodos negros que ensombrariam amiúde o seu longo reinado. Com efeito, à crise política que conduziria à destituição do ministro Riperdà, em Maio de 1726; à iminência da guerra com França, em Julho, que arrastaria, por sua vez, a queda em desgraça do valido da Rainha, marquês de Grimaldo; ao início da tensão



com Inglaterra, frente a Gibraltar, em Julho de 1727, que mais não faria que agravar-se nos seis meses seguintes (tudo mesclado das complexas manobras de Isabel Farnésio em relação à Áustria, com vista a casar os seus filhos Carlos e Filipe e a dotá-los de estados italianos e com França, na sequência ainda do caso de *Mariannina*), somava-se a saúde do próprio Rei, Filipe V, cuja instabilidade psíquica atingira um ponto crítico, tudo abandonando à gestão turbulenta da Rainha<sup>(9)</sup>.

Finalmente, porém, conformadas ambas as cortes a deixar de fora da questão estrita dos enlaces as matérias políticas em que, de início, procurariam envolvê-las, tem lugar, em La Granja, a 14 de Setembro, a assinatura dos capítulos matrimoniais de Mariana Vitória e D. José, a que se seguiriam, a 1 de Outubro, em Lisboa, os de Bárbara e Fernando, em função do que se fariam então as entradas públicas dos embaixadores: a de Abrantes dia de Natal, a de Balbases a 6 de Janeiro, em ambas se alardeando a maior pompa (com maior envolvimento público e popular, como sempre, na Corte portuguesa), numa emulação de fausto que visa preservar a mútua dignidade das duas monarquias. E é então que fica estabelecido que as duas cortes se comprometerão a conduzir as noivas, simultaneamente, à fronteira comum, onde se realizariam as entregas<sup>(10)</sup>: o desagravo da afronta feita a *Mariannina* passava pela reprodução, em moldes de igual dignidade, da cena da Ilha dos Faisões, onde fora trocada a caminho de França, e nesse sentido se comunicara já ao corregedor de Badajoz, em 19 de Setembro, a decisão régia de realizar aí a dupla boda hispano-portuguesa<sup>(11)</sup>.

Em consequência, Isabel Farnésio encomenda vestidos em Paris, além das jóias de preceito a oferecer à nova Princesa das Astúrias, para a constituição de cuja casa de igual modo se iniciam diligências<sup>(12)</sup>, enquanto, por seu turno, também a Corte lusitana se abastece na capital francesa de todo o tipo de adereços com destino aos esponsais (desde logo de artigos de viagem, meios de transporte, selas, telizes, etc.), além, naturalmente, do enxoval da própria Bárbara, constituído em termos da “*maior grandeza que se pode imaginar*”<sup>(13)</sup>. É, porém, a recomendação feita pelo secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real, ao agente português, Francisco Mendes de Góis, a 19 de Outubro, de que as sucessivas encomendas se forneçam de artigos “*ja feitos (porque a brevidade do tempo não dá lugar a que se faça)*”<sup>(14)</sup>, o melhor indicador de que os consórcios finalmente se precipitavam.

Efectivamente, com a entrada pública de Los Balbases, em 6 de Janeiro de 1728, para formalizar o pedido da infanta portuguesa, tudo indicava começar enfim, para o duplo enlace, a contagem final. No dia 10 imediato outorgam-se, em

ambiente de gala e regozijo da Corte e delírio popular, as capitulações matrimoniais e nesse e no seguinte (em que, na Basílica Patriarcal, se procede ao casamento da Infanta, actuando o Rei seu pai em representação do noivo ausente), iluminar-se-ia o Terreiro do Paço com as máquinas pirotécnicas engendradas por António Canevari, arquitecto romano acabado a arribar à Corte lusitana, onde fazia a primeira demonstração dos seus talentos: representando, a da primeira noite o *Templo de Diana* – enorme e clássica edícula, escoltada de colunas e sobrepujada pela fama, enquadrando a figura da deusa e assente sobre um rochedo – e a da segunda a *gruta do Monte Latmo*, com as três Graças: esta de cunho essencialmente naturalista, sob a forma de uma caverna rochosa, abrigando as ninfas, ao topo da qual Diana, recostada numa nuvem, contemplava o pastor Endímion<sup>(15)</sup>. E os festejos prolongar-se-iam até 13, com o panegírico de ocasião, por intermédio da Academia Real da História<sup>(16)</sup>.

Subitamente, porém, agrava-se dramaticamente o estado de saúde de Filipe V: nesse mês de Janeiro, não somente a demência do monarca atingiria um ponto que se reputava irreversível, como chegaria a temer-se pela sua vida, com as consequências inerentes, seja do ponto de vista da programação condigna das cerimónias matrimoniais, seja, muito particularmente, no que se relacionava com o próprio poder de Isabel Farnésio, compelida a admitir o enteado Fernando ao conselho de Estado e antevendo-se já, com os filhos, projectada num destino obscuro — receios que a tentativa de abdicação que o monarca (uma vez mais) consegue levar a cabo, mais não faz que confirmar<sup>(17)</sup>. A oportunidade de Fernando ser acometido de varíola, em Maio, resolvia de momento o problema político<sup>(18)</sup> (poderia, até, resolvê-lo em definitivo...), mas, sobretudo, introduzia nova perturbação na matéria dos enlances, que, tudo indicava, não lograria adiantar-se a curto prazo, tendo-se, aliás, mandado regressar o embaixador Balbases, uma vez cumprida a específica missão de que fora investido<sup>(19)</sup>.

Apesar disso, em fins de Maio, recebiam as autoridades de Badajoz ordens – infaustas para o estado das finanças locais – de proceder ao corte de 1500 troncos para a construção dos estrados onde tomaria lugar a comitiva espanhola sobre o rio Caia, por ocasião da troca das princesas<sup>(20)</sup>. Mas nada de efectivo seria adiantado na matéria, no período imediato, a não ser que, do lado português, empreendera D. João V, já no mês de Fevereiro, a construção de um palácio em Vendas Novas, destinado a alojar as comitivas régias no caminho e no regresso da fronteira: obra cometida (et pour cause) a um engenheiro militar, José da Silva Pais, que na América culminaria, mais tarde, uma brilhante folha de servi-

ços e que alcança edificá-lo – bem como a outros cómodos que se providenciariam ao longo do caminho – no lapso inverosímil de dez meses<sup>(21)</sup>. Enquanto isso, ainda em Março e talvez como forma de pressão política (atentos os vínculos familiares que, mau grado o episódio de Mariannina, uniam os Bourbons de França e Espanha) os Reis de Portugal comunicam oficialmente aos soberanos gaulenses (Luís XV casara entretanto com Maria Leczinska) o duplo enlace dos seus filhos<sup>(22)</sup>.

É então que, subitamente, no fim do Verão, os Reis de Espanha dão a conhecer o seu propósito de acompanhar a infanta até à fronteira: e assim o comunicam para Badajoz, a 20 de Setembro<sup>(23)</sup>. A decisão, insólita e que obrigaria os soberanos portugueses a igual correspondência<sup>(24)</sup> – e estaria na origem do extraordinário espectáculo de emulação de pompa em que iria converter-se a *troca das princesas* – constituía, ao que tudo indica, manobra de Isabel, destinada a afastar Filipe de Madrid e a proteger-se dos seus intentos contínuos de abdicação, ao mesmo tempo que do vespeiro de rumores que, nesse quadro aparente de fim de reinado, lhe minavam o exercício do poder. Não deixava, contudo, de introduzir um factor novo de complicação, pela incapacidade manifesta do monarca espanhol, debilitado e por completo demente, de empreender uma tal expedição. Porém, como por milagre, a notícia chegada a Madrid, em Novembro, de ter Luís XV (ainda sem herdeiro), contraído a temível varíola, produziria um súbito e aparentemente completo restabelecimento em Filipe, desdobrado agora em frenética actividade, com vista a reclamar a respectiva coroa: situação que Isabel Farnésio rapidamente aproveitaria para anunciar, a 17 de Dezembro, a partida da Corte para a fronteira portuguesa em 7 de Janeiro do novo ano de 1729<sup>(25)</sup>. Quando, justamente, se cumpriam quatro anos sobre o episódio infausto da Ilha dos Faisões...

Conhecida a notícia em Lisboa, inopinadamente, por comunicação oficiosa do embaixador Capecelatro, em 19 de Dezembro (a 20 chegaria a carta oficial e, a 22, a do nosso embaixador, marquês de Abrantes)<sup>(26)</sup>, iniciam-se, em ambas as capitais, em frenesi, os preparativos da jornada, coordenados na parte portuguesa, com mão de ferro, pelo duque de Cadaval e estribeiro-mor, D. Jaime Álvares Pereira de Melo, apoiado pela logística militar<sup>(27)</sup>. Por parte de Espanha, onde a Corte, na sua maioria, se conserva alheia à encenação engendrada pela soberana – que apostará essencialmente, no aparato militar –, uma verdadeira multidão se projectará sobre a margem do Caia; do lado português serão bem menos (cerca de 2000, a crer nas fontes)<sup>(28)</sup> e a componente bélica essencialmente



ornamental, mas, em contrapartida, o aparelho áulico figurará em pleno e apostata-se, essencialmente, na sua apresentação.

Como quer que fosse, era extraordinária a expectativa nos dois círculos cortesãos em relação e um espectáculo em absoluto destituído de qualquer precedente: “*Segurovos* – escrevia de Madrid o marquês de Abrantes ao conde de Tarouca, também ele diplomata, em 27 desse mês – *que com razão estão todos em expectação de ver da nossa p.te o mais opulento, e lustroso espectáculo, que jamais deu Portugal de sy; e desta, posto que a ostentação, quanto ao luxo, não seja tanta, não ha duvida que vay bna numeroza corte, porque sem haver grande, que se rezolva a acompanhar o seu Soberano, salvo o Conde de las Torres, os officiaes da Caça Real, os officios, e os que d’elles dependem, se estima que serão o melhor de dezasseis mil pessoas: vos acabais de ver bna jornada Cesarea, mas cuydo que ella não importava tanto, como estas duas Regias*”<sup>(29)</sup>.

Preocupada, essencialmente, em atingir rapidamente Badajoz, onde entraria a 16 de Janeiro, Isabel Farnésio estrutura a jornada em dez etapas, por completo desprovidas de cerimoniais locais. Não assim a Corte portuguesa, cujo percurso tentaria conciliar o objectivo central de alcançar Elvas com a dignidade inerente à exibição real. Com esse fito, dois cortejos sucessivos se organizariam (o masculino: do Rei, Príncipe do Brasil e Infantes, que arrancaria de Lisboa a 8 de Janeiro; e o feminino: da Rainha, Princesa das Astúrias e infantinho D. Pedro, que abalaria a 9), em ambos se observando idêntico ritual, a despeito do rigor do inverno e do agravamento contínuo das condições meteorológicas, que apenas no final abrandariam<sup>(30)</sup>: partida, em bergantins, do Paço da Ribeira; desembarque e orações no Mosteiro da Madre de Deus; travessia para Aldeia Galega e pernoita; continuação para Vendas Novas, com dormida no palácio novo; seguida para Évora (e dormida), com recepção prévia em Montemor-o-Novo; depois Vila Viçosa (com dormida) e, finalmente, Elvas, que D. João V, de igual modo, atingiria a 16, duas horas antes que, na praça fronteira, as salvas de ordenança anunciassem a entrada o seu par espanhol.

Apesar disso, as entregas não se fariam sem percalços. De facto, certamente sob os auspícios dos desejos de Isabel Farnésio de concluir a cerimónia quanto antes, Filipe V comunica ao soberano português o seu desejo de proceder à troca no dia imediato, 17. Todavia, fosse por entender que os Reis de Espanha desejariam poder conceder-se algum descanso antes da função, fosse porque a boa ordem do aparato que ambicionava poder ostentar (essencialmente curial e, logo, mais complexo que o militar espanhol – e, de resto, eficazmente alcançado, a crer no testemunho do abade Montgon, ao escrever que “*la pompe avec laquelle il vint au pavillon, surpassa tout ce qu’on peut dire*”<sup>(31)</sup>) exigiria ainda algum



ensaio prévio, D. João V é colhido de surpresa, sendo forçado a ordenar uma marcha precipitada para o Caia que, porém, já não logra alcançar a comitiva castelhana, que empreendera o retorno a Badajoz. Após justificações e as devidas conferências preliminares sobre o meticuloso cerimonial a observar, por parte dos secretários de Estado das duas potências, apraza-se, finalmente, o dia 19 para a almejada troca, no sumptuoso pavilhão adrede construído e onde, de facto, por efeito do meticuloso protocolo ajustado, “*En un mot, l'égalité des deux parts avoit été scrupuleusement observé*”, como, de novo, resumiria Montgon<sup>(32)</sup>.

As duas famílias reais e respectivas comitivas, de resto, haveriam ainda de voltar a encontrar-se, por mais duas vezes (a 23 e a 26), em ambiente, agora, de relativa informalidade (*particularmente*), antes de despedirem-se definitivamente: a portuguesa para o regresso a Lisboa e à entrada solene dos novos Príncipes do Brasil; a castelhana rumo a Sevilha e ao famoso *lustro* em que, por quatro anos, Isabel Farnésio lograria isolar Filipe V dos mentideros de Madrid<sup>(33)</sup>. Para trás, porém, e articulado directamente com este episódio a todos os títulos excepcional, quedava-se, sobretudo do lado português (fruto da dignidade que D. João V se esforçou, em todo o momento, por imprimir ao acto: a despeito da difícil articulação com o ritmo peculiar do processo decisório por parte da Monarquia castelhana, ao qual, forçosamente, teria de ajustar-se), todo um conjunto de empreendimentos relevantes do ponto de vista da História da Arte (por vezes mesmo no domínio estrito da cripto-História da Arte), que absorveriam, certamente, parte substantiva dos sete milhões de cruzados que, a fazer fé nas fontes, custaria ao monarca a sumptuosíssima excursão<sup>(34)</sup>.

E, neles, avultam certamente o vasto casarão de Vendas Novas e o pavilhão do Caia (em relação ao qual, justamente, emergem hoje novos elementos). A sua correcta apreciação, contudo e a contextualização a que naturalmente obrigam do ponto de vista do conhecimento já consolidado sobre as estratégias do mecenato artístico do monarca lusitano, impõem, necessariamente, que se tenham em conta as estritas contingências do contexto histórico – conturbado e também ele realmente extraordinário – em que haveriam de gerar-se.

Na verdade e para além das consequências directas, nunca sistematicamente recenseadas, que a passagem do munífico monarca geraria no que respeita ao património local dos principais núcleos urbanos que pontuavam o itinerário da função, uma espessa nebulosa paira, sobretudo, sobre o barroco regional dos festejos municipais, absolutamente ausente na parte espanhola, por força

do inopinado anúncio da partida e da estratégia régia de atingir o quanto antes Badajoz, e que aqui mesmo adquiriam tímida expressão. De facto, é somente em Sevilha, para onde, seguidamente, a Corte se traslada, que surpreendemos a sua total exibição, num quadro genérico onde não deixa de causar surpresa a capacidade de improviso demonstrada<sup>(35)</sup>.

Do lado lusitano, todavia, evocam as fontes a ornamentação de Montemor-o-Novo (quatro arcos triunfais, realizados pelos artistas locais Francisco Salas, Francisco de Cardenas, Sebastião Mendes Oliveira e Martinho Francisco), de que não quedaria ilustração, outro tanto sucedendo com Évora (um arco, na rua da Selaria, edificado pelos ourives de ouro e prata; outro na rua da Anca, dos mercadores; outro ainda, na rua da Lagoa, dos oficiais das bandeiras de S. José e S. Jorge, balizando o percurso até à Sé), com Vila Viçosa (dois arcos triunfais e armação das portas e fontes do recinto urbano) e, finalmente, com Elvas (arcos na rua de Olivença, na rua da Carreira e na porta da Praça)<sup>(36)</sup>, surpreendendo-se na documentação os efeitos do controlo real, no sentido da normalização e decoro, seja do cenário, seja dos cerimoniais, em relação a possíveis ingerências da tradição vernácula. Assim é que, em Évora, o cabido, mobilizando embora os seus recursos, se abastece em Lisboa para a ornamentação da Sé, ao mesmo tempo que, em Elvas, a vereação recomenda expressamente que “*não houvesse danças ridículas como em outros tempos haviam*”, impondo que, no trajecto conducente à catedral, a ornamentação de portas e janelas particulares se faça unicamente com recurso a sedas<sup>(37)</sup>.

Na verdade, força da intempestiva decisão de partir para a fronteira a 6 de Janeiro tomada pela Corte espanhola e apenas transmitida, fosse a Badajoz, fosse a Portugal, a escassos dias do Natal, a comunicação formal, por seu turno, às diversas cidades onde haveria de passar a comitiva nacional, não seria realizada antes de 2 de Janeiro<sup>(38)</sup>; pelo que pode bem adivinhar-se a azáfama que as tomou. Contudo, sendo o Caia, por tradição, o ponto de trânsito das princesas casadoiras entre os dois países (logo, consabidamente, o trajecto a seguir pelas duas noivas régias, independentemente das proporções que a troca com o tempo adquiriria) e ante a aparente iminência da celebração dos consórcios, no seguimento da assinatura das capitulações matrimoniais no Outono de 1727, desde Maio de 1728 que Elvas (e outro tanto terá sucedido em toda a parte) havia sido notificada pelo governador de armas da província do Alentejo da ordem real de fazer ornamentar a urbe e as “*mais terras por onde houvessem de passar as Sereníssimas Senhoras Princesas deste reino de Portugal e Castela*”<sup>(39)</sup>.

Com o ciclo das *entregas*, aliás, se relacionarão, igualmente, as obras dinamizadas por D. João V no imponente solar dos seus maiores – o Paço Ducal de Vila Viçosa –, onde havia estado em 1716 e dificilmente voltaria, certamente, não fora a obstinação da soberana castelhana em conduzir a Corte a Badajoz e em superar em exibição de fausto o episódio da Ilha dos Faisões: concretamente a construção da nova cozinha e respectivos anexos (cuja contratação se encontra documentada em 1728), mas, especialmente, o programa decorativo da Sala dos Tudescos, com a série ducal pintada por Duprà e cuja cronologia se fixaria, na tradição historiográfica, ao redor 1725<sup>(40)</sup>: datação (média) que não repugna aceitar, a partir da análise iconográfica dos retratados (do próprio Rei, de Bárbara e de D. José). Ou seja, em concomitância com as propostas matrimoniais.

Espaço central ocupa, todavia, o designado Palácio de Vendas Novas, edificado com o objectivo essencial de providenciar guarida às régias comitivas no ponto médio do trajecto entre Lisboa e Évora. Iniciado em Fevereiro de 1728 e concluído “*por todo o mez de Dezembro*” – como diria o cronista “*só não pôde caber no tempo, acabar de pôr a ultima mão em alguma pequena porção, que ficou por repartir, em desenho*” (“*El-Rey de Portugal añade à su grandeza la de hacer milagros*”, exclamaria Montgon à sua vista) – nele, a acreditar nas fontes, se empregariam, sob o comando disciplinar de Silva Pais, cerca de 2000 homens, importando a obra num milhão de cruzados, entre estrutura e ornamentação<sup>(41)</sup>. Essencialmente uma vasta e desadornada mole, de dois pisos e carácter funcional (não obstante as fontes declinarem também, em associação a Silva Pais, o nome do *Arquitecto Custódio Vieira*), provido de alas térreas, destinadas a albergar as oficinas, das quais a do extremo direito remata na capela, permanece globalmente desconhecido, do ponto de vista da investigação: vítima da negligência e do inapropriado uso militar a que seria votado desde o século XIX<sup>(42)</sup>.

Apesar disso, sobrevive nele ainda um conjunto assinalável – e em extremo interessante – de tectos pintados sobre tela (por óbvias questões de rapidez: os do piso térreo, aliás, no essencial simplesmente esboçados), em relação aos quais seria mesmo estabelecido parentesco formal com obras paralelas do Paço de Belém (e avocado o nome de Vitorino Manuel da Serra, referido pelos panegiristas como o introdutor em Portugal do “*primoroso ornato francês*”)<sup>(43)</sup>, além do esplêndido retábulo da capela e, na essência, a repartição interna: com o átrio chamado *dos Tudescos* e a divisão canónica, entre as alas do Rei e da Rainha (correspondendo aquelas, ao nível térreo, aos aposentos da Princesa das Astúrias e do Príncipe do Brasil<sup>(44)</sup>).



Em tudo isto, porém, ocupa o lugar central, como não poderia deixar de ser, a designada casa das entregas: o pavilhão que, sobre o rio Caia, deveria albergar o ponto culminante da função, servindo de cenário ao confronto final entre as duas Cortes, em emulação de magnificência. Dele se conhece, há muito, um projecto de planta, alçado e corte, conservado no Arquivo Histórico de Madrid, além, naturalmente, das descrições exaradas pelos cronistas. Contudo, a emergência de dois desenhos novos pertencentes ao mesmo fundo documental e respeitando à *casa das entregas*, um, e outro aos trabalhos de engenharia a que obrigou a determinação, alimentada pelas duas Coroas e que Montgon reportaria, de respeitar escrupulosamente, no acto cerimonial, *l'égalité des deux parts*, impõe que nos detenhamos mais sobre a matéria, a começar pelo último tema, o qual, na verdade, possui maior interesse do que, aparentemente, se poderia imaginar.

Com efeito, o local deputado para a *troca* sofrera substanciais alterações desde que, em 1543, aí se *entregara*, pela última vez, uma noiva real: concretamente, D. Maria de Portugal, filha de D. João III e D. Catarina de Áustria, destinada a consorciar-se com o futuro Filipe II de Castela<sup>(45)</sup>. Efectivamente, ainda que tratando-se, na prática, de um modesto riacho, era, com frequência, sujeito a cheias de grandes dimensões, que, com o tempo, o tinham feito abandonar o leito primitivo, correndo agora, nas imediações da estrada Elvas/Badajoz, por terras de Espanha, servida esta por ponte de madeira: enquanto, sobre a antiga madre, subsistia abandonada e coberta de areia e terra a ponte de pedra original<sup>(46)</sup>. Neste contexto e provavelmente no seguimento da assinatura, no Outono de 1727, das capitulações matrimoniais e da decisão nelas contida de proceder à condução simultânea das duas noivas à fronteira, recreando, em benefício de *Mariannina*, a cenografia da Ilha dos Faisões<sup>(47)</sup>, Feliciano de Bracamonte, comandante geral da província de Badajoz, receberia o encargo de realizar um estudo das condições da ponte e do rio e um projecto das obras a realizar.

Nesse sentido e face à necessidade de fazer respeitar, na insólita e régia função, *l'égalité des deux parts*, assentar-se-ia em aproveitar a ponte antiga, situada na raia entre os dois reinos. E tal impunha construir um dique, por forma a obrigar o curso de água a deslocar-se ao seu antigo leito fronteiriço, limpando e reparando a velha madre, pouco profunda e invadida pela vegetação, e, naturalmente, a consolidar e reparar a antiga ponte de pedra, que deveria servir de base a uma edificação de madeira, porém digna do evento que lhe cumpria albergar. Bracamonte enviaria ao seu monarca o plano correspondente (que se



conserva no arquivo de Madrid<sup>(48)</sup>) e a estimativa dos custos da obra e respectiva duração: dois meses de trabalhos. Os quais seriam aprovados e, em função deles, teria lugar, na raia, uma entrevista com um enviado da Corte portuguesa. Esta, porém, desejosa sempre de imprimir a maior celeridade ao complexo e interminável processo da *troca das princesas*, responde ser mister obra mais breve, susceptível de concluir-se em vinte dias, contrapondo, com esse fito, a sugestão de uma ponte de barcas sobre o rio, para a passagem das duas comitivas, operando-se as *entregas* em pavilhão erguido sobre a margem.

Em vão: face à contingência de o acto poder vir a ter lugar em local indigno de tal acontecimento, contesta-se de Espanha estar-se em disposição de aguardar o que fosse mister. Neste contexto, ferido no seu orgulho régio, D. João V contrapõe um novo plano, mais ambicioso e opulento ainda que o espanhol: ao qual contestam Filipe e Isabel nada ter a obstar, tudo se lhes afigurando pouco no tocante à dignidade dos seus filhos<sup>(49)</sup>. A obra arranca assim, deputando para ela, Portugal e Espanha, 500 homens cada, iniciando-se os trabalhos de limpeza do rio, construção do dique e reparação da ponte, a 10 de Maio de 1728 e prolongando-se até finais do mês de Setembro. Em simultâneo, preparar-se-iam os materiais para a casa, a qual, todavia, se decide não montar, face à aproximação do inverno, até haver ciência certa da data da *troca das princesas*<sup>(50)</sup>.

No que respeita ao pavilhão propriamente dito, são conhecidas, de há muito, as descrições averbadas pelas fontes, em particular a mais minuciosa, que reporta Frei José da Natividade, o cronista português do evento. Sabemos, assim, que este, por forma a garantir meticulosamente a obsessiva igualdade das partes, era constituído por “*três Casas: as duas dellas collateraes, para cada hum dos Monarcas, nos seus domínios; e a do meio, architectada também com tal disposição que cada hum dos Monarcas tinha assento nos seus domínios, para a cerimónia das Reaes entregas*”. Natividade, todavia, presta essencial atenção ao esplendor da decoração interna, averbando apenas, quanto à estrutura do edifício efêmero, ter ele noventa e oito palmos de área e ornar-se “*a fachada exterior da Casa de Castella com as Armas Reaes daquella Coroa, e triumphavao semelbantemente na de Portugal, entre duas figuras allegoricas, as suas sagradas, e tantas vezes Triunfantes Quinas*”<sup>(51)</sup>. Porém, um poema manuscrito coetâneo, redigido, decerto, por um observador presencial, forneceria mais detalhadas informações.

Refere ele, com efeito, os “*quatro cunhaes em que formavao / desta obra seus cantos magestozos / quatro figuras de fama celebravam / estes júbilos régios gloriosos*”, bem como que “*As armas portuguezas que adornavam / em seu pórtico o ponto mais subido / duas regias figuras sustentavam / Atlantes deste ceo engrandecido*”, ou ainda que “*Dois leões da Arcania eram quem davam / soberba*

*a este pórtico luzido / que no mais na igualdade de modello / com o outro corria paralelo / tendo mais cada pórtico a seu lado / duas janelas de igual grandeza / das que estava o palácio rodeado / todas feitas de igual custo a riqueza / o seu numero dellas bem contado / vinte e duas fazia em redondeza / (...) Nove janellas tinha em cada lado / que ocupavam de lado toda a parte”. E, quanto ao esplendor dessa arquitectura de fingimento, não esquece de averbar que “O pórtico que tinha nesta entrada / era todo de talha mais subida / donde o ouro fazia mais sobradas / a soberana maquina erigida”, que as janelas eram “em caixilho vermelho ajiletado / de ouro puro a vidraça transparente / com simalbas azuis de pedra fina”, etc.<sup>(52)</sup>.*

Por seu turno, do lado castelhano, onde as fontes seriam mais lacónicas, uma minuciosa relação das festividades organizada pelo *Ayuntamiento* de Badajoz descreve nestes termos a estrutura do pavilhão: “*a espensas del Rey Ntro Señor y de S. M. lusitana, se favió una sumptuosa cassa de Madera que constava de três galerias tan capaces que ocupavan quattro de los primitivos arcos del médio de suerte que el segundo salon comprehendia de médio a me[dio] la rivera de forma que la una sala y la mitad del zentro dividia el término de Castilla y la otra y media restante el de Portugal ocupando su território conque unida, cada mitad, contraria la de la parte de Castilla, de quatro valcones y médio, y otros tantos la de Portugal; conque el todo del Palaxio por cada uno de los costados, tenia nuebe balcones con três puertas y ventanas de cristales finos, y toda arquitectura pintada de fingidas piedras [...] Piedra azul, Piedra encarnada y Piedra verde...*”<sup>(53)</sup>.

Deste pavilhão é conhecido da historiografia, de há muito, um belo desenho, composto de planta, alçado e corte longitudinal, realizado pela parte espanhola, por intermédio dos engenheiros Filipe Crame e Juan Frenchqueson, numa arquitectura digna e sóbria, que segue os cânones clássicos da arquitectura militar<sup>(54)</sup> (e a respeito do qual foi já vincado ser “obra concebida con un fin eminentemente práctico”<sup>(55)</sup>). Suscita ele, contudo, óbvios problemas de correspondência com as descrições – aliás concordes – averbadas pelos memorialistas, designadamente no que respeita ao número de janelas ostentado pelos pavilhões (seis por lado e que estes afirmam serem nove, perfazendo, com as duas que, em cada topo, flanqueavam as entradas – e seriam quatro neste –, um total de vinte e duas) e mesmo a aspectos decorativos, nomeadamente dos cunhais, onde, como diz o poema, “*quatro figuras de fama celebravam / estes júbilos régios gloriosos*”: sendo que o desenho conhecido ostenta, nesse local, quatro obeliscos rematados por esferas. De igual modo, nada, nesse projecto, sugere o esplendor de talhas sobredouradas e *fingidas piedras* multicolores, de que se compunha o pavilhão segundo os seus cronistas (nele se ilustrando, antes, um fingimento de puro efeito de cantaria, ao serviço de um desenho, aliás, já proto-neoclássico) ao mesmo tempo que, ao ser de pura autoria castelhana (obra dos engenheiros militares Filipe Crame e Juan French-

queson) e, na verdade, sem ponto de contacto formal com a estética de Ludovice e com o que se conhece da de Canevari (que, pela parte portuguesa, colaborariam na função, tudo indicando, aliás, serem as festividades da *troca das princesas* a razão de fundo da deslocação deste último a Portugal<sup>(56)</sup>), não poderia deixar de ser entendido pela historiografia lusa como de problemática interpretação, provavelmente ilustrativo de fase intermédia do programa<sup>(57)</sup>.

Porém, sabe-se agora que, em consequência do encargo cometido ao comandante geral da província de Badajoz, Feliciano de Bracamonte, muito provavelmente no seguimento da assinatura, no Outono de 1727, das capitulações matrimoniais e da correlativa decisão de proceder à condução simultânea das duas noivas à fronteira, de realizar um estudo das condições oferecidas pelo rio Caia e sua(s) ponte(s), elaboraria este, em conformidade, um projecto das obras a realizar, que incluía o regresso do rio à sua antiga madre, obtido por intermédio da construção de um dique, aproveitando-se para assentamento da casa das entregas a ponte antiga, a cuja reparação se procederia. E sabe-se também que o projecto, aprovado pela Corte de Madrid, colheria a oposição da parte portuguesa, empenhada em imprimir à *troca* a maior celeridade, razão porque contrapõe uma outra ideia, susceptível de estar concluída em vinte dias. Mas que esta última se defrontaria com a obsessão cenográfica de Isabel Farnésio, empenhada em desagrar a pequena *Mariannina* e impedir que o seu novo casamento tivesse menos brilho que esse outro que começara na esplêndida jornada da Ilha dos Faisões. Razão pela qual, ferido na sua dignidade de monarca (e pai), D. João V contrapõe um novo plano, mais ambicioso e opulento, agora, e que colhe, aliás, o beneplácito dos seus pares espanhóis: plano esse onde, obviamente, os arquitectos da Corte portuguesa teriam o papel principal e cuja execução ocuparia os meses de Maio a Setembro de 1728.

Ora, conserva o arquivo de Madrid, no mesmo fundo, um outro desenho relativo à função do Caia: desenho esse parcialmente legendado em português (“*ponte*”, “*plano da casa*”), mas que ostenta, igualmente, legendas castelhanas (acrescentadas), que afirmam peremptoriamente tratar-se do “*Plano Perfil y Elevaciones que se ha dado por Portugal de la Casa que se ha de fazer sobre el Puente del Rio Caya*”<sup>(58)</sup>. Mas, sobretudo, plano que se concilia integralmente com as descrições averbadas pelos memorialistas, desde logo no que respeita ao número de vãos (vinte e duas janelas, além das portas axiais) e à presença dos anjos-fama nos cunhais, sendo obviamente comum (porque obrigatório) o aparato heráldico dos portais de acesso. Tudo indica, por conseguinte, ser este o projecto efectivamente realizado



e onde, desse modo, caberia afinal à Corte portuguesa (e aos seus artistas) o papel principal, em consequência da peculiar gestão político-diplomática deste processo, também ele peculiar e da qual, com efeito, os aspectos estritamente artísticos não poderiam objectivamente dissociar-se, tendo em conta a efectiva inviabilidade prática de proceder a uma projecção conjunta da componente cenográfica das *entregas*. Alhures, na verdade, assentaria a repartição de esforços.

Mero – e um tanto rude – esboço de um projecto seguramente finalizado (cujos riscos, como de hábito, se terão consumido na efervescência do estaleiro), ilustra ele, com efeito, por intermédio de planta, alçados frontal e lateral e corte transversal da sala média, um recinto de maior monumentalidade e extensão (ampliado em cerca de um terço em relação ao projecto original espanhol), coberto de telhado único de quatro águas (por oposição aos três sucessivos do primitivo plano), ritmando-se os alçados laterais de pilastras jónicas engrinaldas, coroado o todo de platibanda balaustrada, ornada de urnas e flanqueada, nos cunhais, dos anjos-fama: tema esse interrompido apenas pelo frontão que, em cada topo, remata o portal de acesso, sobrepujado do aparato heráldico das duas Coroas, imprescindível na correcta observância da obsessiva *égalité des deux parts* que alimentaria, em toda a extensão, o programa cerimonial da troca das princesas. Somente detalhado (sumariamente), em amostra, na molduração de uma janela borrominiana, das pilastras que a flanqueiam e da balaustrada de remate e respectivas urnas, tal é suficiente, todavia, para afastar da sua programação a mão de Ludovice: seja na relativa *secura* da sua projecção (seguramente compensada pelos esplendores da execução do *trompe l'oeil*, tanto exteriormente como no *décor* interno da sala e meia que lhe competia), seja até no carácter geral da execução do esquisso, inconciliável com a sua consabida sensibilidade ao valor do ornato e defesa intransigente da majestade da composição.

Inversamente, esse academismo seco distingue justamente o que é possível apurar sobre a maneira particular de Canevari. Outro tanto se podendo dizer do seu gosto por certos recursos de composição, como é o caso do tópico das pilastras engrinaldadas da ordem jónica, que repercute como marca de água, da fachada, ainda romana, da Igreja dos Estigmas, aos primeiros trabalhos portugueses, como a torre da Universidade de Coimbra<sup>(59)</sup> ou as arquitecturas efémeras dos fogos de artifício que, em Lisboa, assinalariam, no início desse ano (enfim), a assinatura das capitulações matrimoniais: e onde, de igual modo,



se divisa o tema imagético da Fama<sup>(60)</sup>. E talvez seja esse especial protagonismo na programação artística das sumptuosas entregas (que necessariamente abre outras frentes de investigação) a razão de fundo do protagonismo que, por seu turno, aparentemente tem (como já foi assinalado<sup>(61)</sup>) no próprio contexto cerimonial: em cuja lauda de *Arquitectos* efectivamente surge, com seu ajudante (decereto *Nicolao Moribello, Genoves*, que alberga em sua casa, na Rua Larga de S. Roque, na Páscoa desse ano<sup>(62)</sup>), antes de Ludovice e do ajudante respectivo<sup>(63)</sup>: situação a que, por seu turno (no óbvio confronto com o alemão), talvez não tenham sido alheias as vicissitudes que rodearam, encerrado o capítulo das *entregas*, a carreira portuguesa do romano...

Precedendo Canevari, todavia, nas estrita mesura protocolar das carruagens, outro nome avulta e merece reparo: o de Francisco Pereira da Fonseca, indicado por Natividade como o “*sargento-mor e engenheiro da praça de Setúbal, que modelou a ponte sobre o rio Caia*”<sup>(64)</sup>; e cujo posto, na estrutura corporativa oficial (de sargento-mor e engenheiro) lhe justificaria uma óbvia precedência. Ora, são sintomaticamente silenciosas as fontes castelhanas sobre esta matéria, do mesmo passo que os cinco arcos de meio ponto sobre que assenta o projecto conhecido se não harmonizam com o que, actualmente ainda, pode observar-se. Observação essa, de facto, que comprova ser ela assente em três arcos abatidos, com seus talhamares e provida de tabuleiro reentrante em relação aos patins de acesso, claramente enquadrada, na verdade, no carácter da engenharia militar joanina e ilustrando, no essencial, obra de raiz, ainda que ostentando, nas entregas do lado castelhano (provavelmente por erosão das margens), claro reaproveitamento de estruturas anteriores.

Tudo se concilia, deste modo, para demonstrar que, em virtude da aceitação, por parte da Coroa espanhola, do projecto que D. João V contrapõe (mais ambicioso ainda) ao original por ela elaborado (ilustrado no desenho conhecido), por efeito do repúdio da sua sugestão inicial de realização de obra rápida, susceptível de executar-se em vinte dias, a Portugal tenha cabido, nesta matéria, particular protagonismo, concentrando-se a participação espanhola no projecto hidráulico, de construção do dique e desmontagem do leito novo onde corria o Caia, que Bracamonte organizara. E assumindo a Corte lusitana, por intermédio de António Canevari e de Francisco Pereira da Fonseca a *modelação*, a um tempo da sumptuosa *casa das entregas* e da ponte sobre que havia de assentar: projecto que consubstanciaria a resposta ativa do monarca português às exigências de Isabel Farnésio.

Mas que lhes dá expressão, seguramente (justificando, por essa via, a tranquila adesão do parceiro espanhol), ao propiciar a *Mariannina* um quadro ainda mais faustoso que o que contemplara na Ilha dos Faisões. E era por tudo isto que, de Madrid, o embaixador Abrantes podia justificadamente afirmar “*que com razam estão todos em expectação de ver da nossa p.te o mais opulento, e lustrozo espectáculo, que jamais deu Portugal de sy*”. Programa esse, todavia, cuja reconstituição apenas o cabal conhecimento das vicissitudes em que se gerou permite hoje cabalmente reconstituir. É por isso que o quadro histórico se revela sempre fundamental ao conhecimento do processo artístico, que objectivamente determina: seja ele menos peculiar que o intrincado novelo político-diplomático em que houve que levar-se a efeito a *troca das princesas*.

#### NOTAS

- (1) Efectivamente e pós longa controvérsia historiográfica, em que principalmente se empenharam, pela parte da primazia portuguesa na proposta, Alfonso DANVILA (*Fernando VI y Doña Barbara de Braganza, 1713-1748*, Madrid, 1905), RODRÍGUEZ VILLA (*Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, tomo II, p. 192) e António de BALLESTEROS Y BERETTA (*Historia de España y su influencia en la Historia Universal*, 1918-1941, tomo V, p. 81) e, pela tese inversa, Caetano BEIRÃO (*Cartas da Rainha D.ª Mariana Vitória para a sua família de Espanha*, Lisboa, 1936, pp. LXI-LXVI e Eduardo BRAZÃO, *Relações externas de Portugal: Reinado de D. João V*, Lisboa, 1937), seria a matéria cabalmente esclarecida por Maria Teresa BARRENECHEA (“*Maria Barbara de Braganza, Princesa de Asturias*”, *Eidos*, n.º 4, Barranquilla, 1956, p. 33), dando afinal razão ao que, em seu tempo, haviam afirmado os cronistas lusos contemporâneos, D. António Caetano de SOUSA [*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1741, tomo VIII, p. 151 (2.ª ed., Coimbra, Atlântida Editora, 1951)] e Frei José da NATIVIDADE (*Fasto de Hymeneo*, Lisboa, 1752, pp. 4-5). A proposta, com efeito, teria por ponto de partida uma comunicação do secretario de Estado de Filipe V de Espanha, Grimaldi, ao embaixador em Lisboa, Capecelatro, datada de 12/04/1725. Na verdade, logo em inícios do mês, a própria Rainha Isabel de Farnésio comunicava ao Papa, a par da notícia do repúdio, a sua intenção de “*casar á mi primogénito* [metaforicamente: tratava-se do enteado-herdeiro, o Príncipe das Astúrias] *en Portugal, y mi hija con el Príncipe hijo del citado Rey* [D. João V], *en lo que tenderé grandíssimo placer, tanto por estar mal con Francia, como por contar aliados para qualquier medida que pudiera adoptarse contra mi*” (A. DANVILA, *op. cit.*, p. 43).
- (2) Cfr. TAXONERA, Luciano de, Isabel de Farnesio. *Retrato de una Reina y perfil de una mujer (1692-1766)*, Barcelona, Editorial Juventud, S. A., 1943, pp. 108-109.
- (3) *Op. cit.*, pp. 96-97.
- (4) Sobre este episódio veja-se, em síntese, BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. LIII-LIV e LXVIII-LXXI.
- (5) Cfr. DANVILA, A., *op. cit.*, pp. 45-47, 49-51 e 59; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. LXXII-LXXVII e LXXXII-XCIV; BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, p. 34; NATIVIDADE, F. J. da, *op. cit.*, p. 6; SANTARÉM, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, vol. 2, Paris, 1842, pp. 189 e 195 e MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, p. 188.
- (6) Cfr. PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder: o Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 29-31.

- (7) Cfr. SOUSA, D. A. C. de, *op. cit.*, tomo 8, pp. 151-152; NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 8-11; DANVILA, A., *op. cit.*, pp. 53-54; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. XCII-XCIV; BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, p. 37; TEDIM, José Manuel, “O triunfo da festa barroca. A Troca das Princesas”, *Arte Efêmera em Portugal*, Cat., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 175 e GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís, *Fernando VI*, Madrid, Arlanza Ediciones, 2001, p. 29.
- (8) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 14 e DANVILA, A., *op. cit.*, pp. 59-60.
- (9) Cfr. BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. XCIX-CX; DANVILA, A., *op. cit.*, p. 56 e GÓMEZ URDÁÑEZ, J. L., *op. cit.*, p. 29.
- (10) Cfr. SOUSA, D. A. C. de, *op. cit.*, pp. 191-195 e 214-218; NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 17, 36 e 118; DANVILA, A., *op. cit.*, p. 59-61 e 74-75; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. CIX-CXIV; BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, pp. 37-41; TEDIM, J. M., *op. cit.*, pp. 175-176; GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís, *op. cit.*, pp. 29-30 e CASSOTTI, Marsilio, *Infantas de Portugal, Rainhas em Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p. 253.
- (11) Cfr. GÓMEZ URDÁÑEZ, J. L., *op. cit.*, p. 31.
- (12) Cfr. DANVILA, A., *op. cit.*, p. 59 e nota (3).
- (13) NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, p. 247.
- (14) Cfr. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, tomo I, 1935, pp. 22 e 25.
- (15) Cfr. NATIVIDADE, Frei. J. da, *op. cit.*, pp. 67, 78, 88; TEDIM, J. M., *op. cit.*, pp. 177 e 192; CORREIA, Ana Paula Rebelo, “Fogos de artifício e artificios de fogo”, *Arte Efêmera em Portugal*, Cat., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 123-128; PIMENTEL, António Filipe, “Ascensão e queda de António Canevari: reflexões sobre um problema historiográfico” (no prelo).
- (16) Cfr. SOUSA, D. A. C. de, *op. cit.*, pp. 215-218; NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 119-120.
- (17) Cfr. DANVILA, A., *op. cit.*, pp. 74-75; VOLTES, Pedro, *La vida y la época de Fernando VI*, Barcelona, Ediciones Planeta, 1998, pp. 43-45.
- (18) Cfr. VOLTES, P., *op. cit.*, p. 45.
- (19) Cfr. DANVILA, A., *op. cit.*, p. 75.
- (20) Cfr. GÓMEZ URDÁÑEZ, J. L., *op. cit.*, pp. 31-32.
- (21) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, p. 134; VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, Lisboa, INCM, 1988, vol. III, pp. 41-42.
- (22) Cfr. SANTARÉM, V. de, *op. cit.*, tomo V, p. 244.
- (23) Cfr. GÓMEZ URDÁÑEZ, J. L., *op. cit.*, p. 32.
- (24) Cfr. BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, p. 43.
- (25) Cfr. DANVILA, A., pp. 88-89; TAXONERA, L., p. 169; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. CXXII-CXXIV; GÓMEZ URDÁÑEZ, J. L., *op. cit.*, pp. 30-31; VOLTES, P., *op. cit.*, pp. 51-52.
- (26) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, p. 139.
- (27) Cfr. BEIRÃO, C., *op. cit.*, p. CXXVI.
- (28) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 198-199.
- (29) Cfr. BEIRÃO, C., *op. cit.*, p. CXXV. Veja-se tb. PÉREZ CAMINERO, Ramón, *Bodas reales en Badajoz: “Bárbara de Braganza – Fernando de Borbón”, Reyes de España, 1746-1758/59. Documentos del Archivo Histórico Provincial de Badajoz*, Badajoz, Junta de Extremadura, 2003, p. 60.
- (30) Veja-se, sobre este aspecto (de parte a parte) e o trajecto da jornada: NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.* (prólogo) e pp. 105, 109-110, 140-146, 155, 162, 165, 169-172, 174, 180, 189-190, 192-197, 204-215, 217-226; SOUSA, D. A. C. de, *op. cit.*, tomo VIII, pp. 152-157; DANVILA, A., *op. cit.*, pp. 92-93; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. CXXVI-CXXXII; BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, pp. 46-48.



- (31) Cfr. MONTGON, Charles Alexandre de (Abade de), *Mémoires de Monsieur l'*, Lausanne, 1750, p. 106 (trad. port. “Do Caia ao Paço da Ribeira”, CHAVES, Castelo Branco, *Portugal nos séculos XVII e XVIII, quatro testemunhos*, Lisboa, Lisoptima, 1989). A opinião é, de resto, corroborada por outras fontes: cfr. DANVILA, A., *op. cit.*, p. 96 e PÉREZ CAMINERO, R., *op. cit.*, pp. 62-63 e 115.
- (32) Cfr. *op. cit.*, p. 106.
- (33) Veja-se: SOUSA, D. A. C. de, *op. cit.*, tomo VIII, pp. 157-163; NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 227-242, 277-278 e 284-285; DANVILA, A., *op. cit.*, pp. 93-96; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. CXXXIII-CXL; BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, pp. 49-54; PÉREZ CAMINERO, R., *op. cit.*, p. 61.
- (34) Cfr. TEIXEIRA, José de Monterroso, “Arte, representação e espectáculo: o programa artístico e os festejos da ‘troca das princesas’ em 1729”, *Festa Barroca a Azul e Branco*, Cat., Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 2002, p. 55. A verba, contudo, terá de imputar-se à empresa no seu conjunto, incluídas as construções, adereços e logística e não somente ao pavilhão do Caia, como defende o autor.
- (35) Vejam-se: LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar, “Festejos y retórica: las capitulaciones de las bodas reales celebradas en Caia el año 1729”, *El arte en las cortes europeas del siglo XVIII*, Madrid, Comunidad de Madrid, 1989; PIZARRO GÓMEZ, Francisco Javier, “Doña Bárbara de Braganza y el fausto cortesano en las fiestas reales”, *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra, 1992.
- (36) Cfr. TEDIM, José Manuel Alves, *Festa régia no tempo de D. João V. Poder, espectáculo, arte efêmera*, diss. Doutoramento, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999, vol. 1, pp. 288-311.
- (37) Cfr. *idem*, *ibidem*, vol. 1, pp. 291 e 301-302.
- (38) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 165-166.
- (39) Cfr. TEDIM, J. M., *op. cit.*, vol. 1, p. 301.
- (40) Cfr. Veja-se TEIXEIRA, José de Monterroso, *O Paço Ducal de Vila Viçosa. Sua arquitectura e suas coleções*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983, pp. 95-103.
- (41) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 198-199. Veja-se tb: SOUSA, D. A. C. de, *op. cit.*, tomo VIII, pp. 154-155; BEIRÃO, C., *op. cit.*, pp. CXXVIII-CXXIX.
- (42) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, pp. 197-203; FERRÃO, Leonor, “Custódio Vieira”, PEREIRA, José Fernandes (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 522.
- (43) Cfr. MECO, José, “Tectos”, Do Palácio de Belém, Cat., Lisboa, Presidência da República, 2005, pp. 415-421; ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, VIII, *Distrito de Évora (concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas)*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975; COELHO, António Borges, MARQUES, Gustavo, *Vendas Novas, história e património*, Vendas Novas, CMVN, 1991.
- (44) Na verdade, segundo a informação fornecida por Fr. J. da NATIVIDADE, “*Havia [no palácio] sete quartos de três cazas cada hum, mui ricamente adereçados para a acomodação do Emminentissimo Cardeal, D. Nuno da Cunha e Ataíde, e do Senhor Patriarca D. Thomas de Almeida. Pelo que respeitava ao estado do Serenissimo Príncipe do Brazil, e da Senhora Princesa das Astúrias, tinha cada hum destes dous Senhores, neste luzidissimo Palácio, Casa de docel, gabinete, e câmara. As Officinas, e tudo mais pertencente ao serviço da Magestade da Senhora Rainha, cabia para a parte esquerda do Palácio*” (*op. cit.*, pp. 197 e 200). Contudo, o cronista compõe a sua obra a anos de distância, com base na memória e no conhecimento teórico fornecido pela “*planta que temos em nossa mão*”. E sabe-se, v.g., que o Patriarca D. Tomás seguiria caminho diverso e não pernoitaria no palácio. Ora, apenas nas dependências ao lado esquerdo do átrio (em correspondência aos aposentos superiores do Rei – situação que se deduz por sabermos que os da Rainha se situavam na parte esquerda) se conservam tectos pintados, aliás mais rudes na pintura e, como fica dito, sumariamente acabados. Assim e após o que se sabe sobre o desenvolvimento do processo da *troca das princesas* e da precipitada decisão de trasladar à fronteira as duas cortes, é possível que apenas estivesse prevista a decoração dos aposentos superiores, destinados aos príncipes, improvisando-se depois, na sequência da necessidade de alojar os Reis, novo aposento



no piso térreo com esse destino. Este, deverá ter sido ocupado na ida por Bárbara e no retorno por D. José, uma vez que *Mariannina*, atendendo à sua idade, partilharia por anos cómodos imediatos aos aposentos da Rainha, o que facilitaria a distribuição.

(45) Cfr. TAXONERA, L. de, *op. cit.*, p. 169.

(46) Cfr. *idem, ibidem*; BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, p. 44.

(47) Vejam-se *supra* notas 10 e 11.

(48) Archivo Histórico Nacional, Madrid, *Estado*, 754.

(49) Cfr. BARRENECHEA, M. T., *op. cit.*, pp. 44-45.

(50) Cfr. *idem, ibidem*, p. 45.

(51) Cfr. *idem, ibidem*, p. 238.

(52) *Triunfo Elvécio*, BME, Ms. 3203-3205 (TEDIM, J. M., *Festa Régia...*, pp. 315-317).

(53) Cfr. PÉREZ CAMINERO, R., *op. cit.*, p. 78.

(54) Archivo Histórico Nacional, Madrid, *Estado*, 754.

(55) PIZARRO GÓMEZ, Javier, “Doña Bárbara de Braganza...”, p. 69. Veja-se tb. TEDIM, J.M., “O triunfo da festa barroca...”, pp. 180-182.

(56) Cfr. PIMENTEL, A. F., “Ascensão e queda de António Canevari...”.

(57) Cfr. *idem, ibidem*.

(58) Archivo Histórico Nacional, Madrid, *Estado*, 2461 – 1.

(59) Cfr. PIMENTEL, António Filipe, “António Canevari e a Torre da Universidade de Coimbra, *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas, VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 49-58.

(60) Cfr. PIMENTEL, A. F., “Ascensão e queda de António Canevari...”.

(61) Cfr. TEIXEIRA, J. M., *op. cit.*, p. 60.

(62) Cfr. CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1962, vol. II, p. 368.

(63) Cfr. NATIVIDADE, Fr. J. da, *op. cit.*, p. 180.

(64) Cfr. *idem, ibidem*.



Fig. 1 ■ António Canevari: PROJECTO PARA OS FOGOS DE ARTIFÍCIO DO TERREIRO DO PAÇO (grav. P.-A. Quillard).



Fig. 2 ■ TECTO DO PALÁCIO DE VENDAS NOVAS (Vitorino Manuel da Serra?).



Fig. 3 ■ PROJECTO HIDRÁULICO para a cerimónia da troca das princesas.

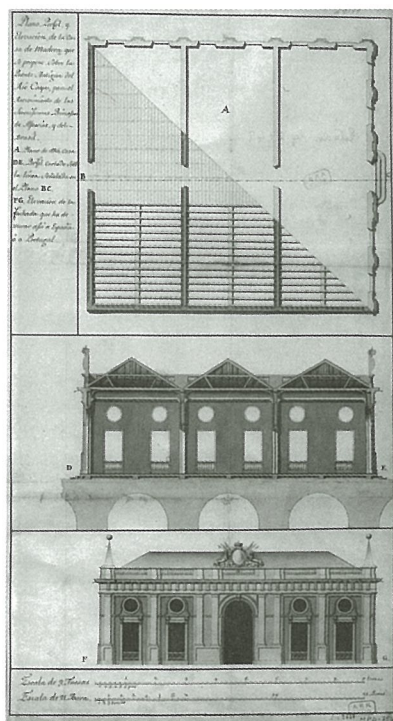


Fig. 4 ■ PROJECTO PARA A CASA DAS ENTREGAS (Filipe Crame e Juan Frenschqueson).

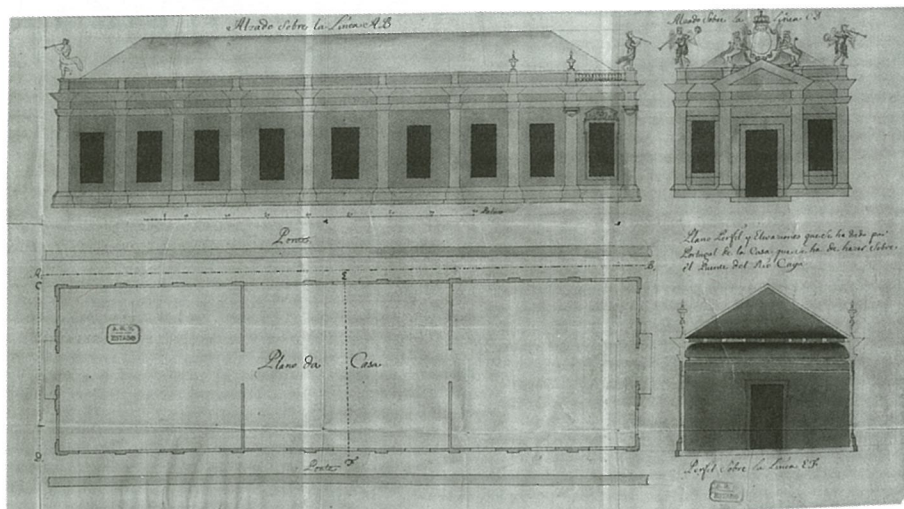


Fig. 5 ■ Esquisso do PROJECTO PARA A CASA DAS ENTREGAS (António Canevari).



Fig. 6 ■ PONTE SOBRE O RIO CAIA (Francisco Pereira da Fonseca).